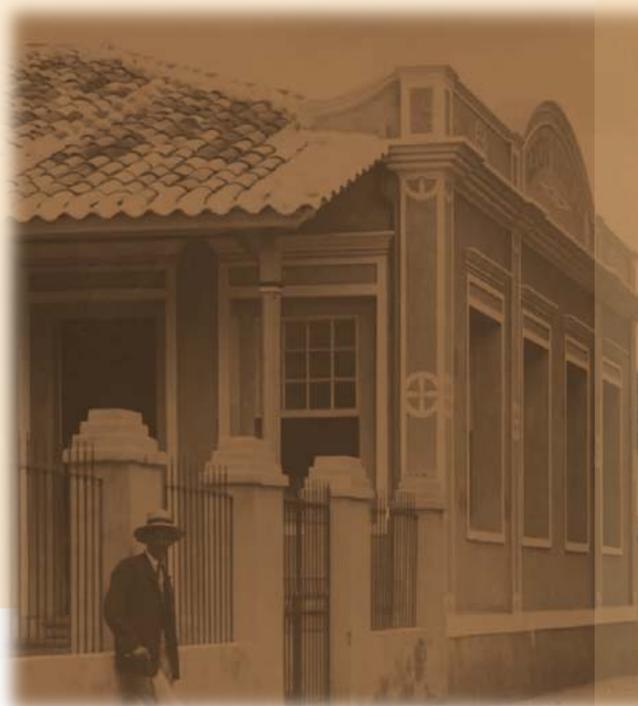


# ASSEADOS E VALOROSOS: O PELOTÃO DE SAÚDE OSWALDO CRUZ E SUA CRUZADA HIGIENISTA

Lúcio de Franciscis dos Reis Piedade Filho

Licenciado em História pela Universidade  
do Estado de Minas Gerais - UEMG  
lucius.rp@bol.com.br



## Resumo

O presente artigo analisa o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* da cidade de Lambari, ao sul de Minas Gerais, e o seu notável *Pelotão de Saúde*, cujo propósito era auxiliar na manutenção da higiene na escola em meado do século XX. O texto propõe, para tanto, uma reflexão que abarca as relações entre higiene e educação e trata, para fins de contextualização, das políticas higienistas da República Velha, quando o movimento sanitário encontrava-se em sintonia com as correntes nacionalistas brasileiras, e da Segunda República, quando o projeto ideológico de nacionalidade estava em reconstrução. Em decorrência desse movimento surgiram os grupos escolares, instituições que permitiriam romper com o passado imperial. A difusão dos ideais higiênicos nas escolas tinha por objetivo um projeto educativo amplo, através da instilação de hábitos e comportamentos que formassem homens para a sociedade, aperfeiçoando-os a partir de rígida disciplina fundada nos preceitos higienistas.

Palavras-chave: Movimento Higienista, Grupo Escolar, Pelotão de Saúde.

## Abstract

The current paper analyses the *Dr. João Bráulio Júnior Elementary School* from Lambari, at Minas Gerais south side, and its notable *Health Platoon* whose purpose was to aid on the maintenance of hygiene at the school in the middle of the 20<sup>th</sup> century. The text proposes, thus, a reflection that embrace the relationship between hygiene and education and will deal, for contexture, with the hygienic policies of the Old Republic, when the sanitary movement was in syntony with the Brazilian nationalist tendencies, and during the Second Republic, when the ideological project of nationality was in reconstruction. Due to the movement, it was created elementary schools, institutions which would allow breaking with the imperial past. The diffusion of hygienic ideals at schools aim to spread an wider educational project, through the instillation of habits and conducts that should form men for the society, improving them by severe discipline founded in the hygienic principles.

**Key words:** Hygienist Movement, Elementary School, Health Platoon.

## Introdução

Este trabalho versa sobre os reflexos das políticas higienistas sobre as instituições de ensino e a infância, no Brasil, especificamente em Minas Gerais, durante meado do século XX. O estudo se inicia com uma breve contextualização acerca das transformações sociais promovidas pelo pensamento republicano, aliado às medidas sanitárias e de higiene que caminhavam em sintonia com o progresso dos saberes científicos.

Após a indispensável abordagem introdutória que trata do Brasil no início do século XX, apontando-o enquanto sociedade que erigiu os grupos escolares como templos da República e do novo pensamento político nacional, o estudo convergirá sobre um exemplar bastante específico dentre essas instituições de ensino elementar. Será apresentado o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, reconhecida instituição gerada pelas idéias republicanas no município sul-mineiro de Lambari. A análise dessa escola torna-se fundamental para a compreensão do contexto histórico-espacial escolhido. A partir daí o estudo terá como foco o *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, que funcionou no referido Grupo Escolar na primeira metade século XX, em sintonia com outras organizações intra-escolares como o grupo de canto coral, o clube de leitura, a biblioteca escolar e o clube agrícola, em um tempo em que a abrangência da educação era ampla e visava a formação física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, voltada para construir um bom trabalhador e para preparar homens para a sociedade. O objetivo da pesquisa, em suma, é demonstrar como se deu a infusão da política higienista em um grupo escolar de Minas Gerais através de uma organização denominada pelotão de saúde, abrangendo o período que vai de 1942 à metade da década de 1950.

Além de fazer uso de fontes documentais do acervo da escola, como o Regulamento do *Pelotão de Saúde*, o livro da *Associação Caixa Escolar*, livros de ponto e de matrícula, jornais e catálogos, também foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram da trajetória histórica do antigo educandário lambariense ao longo de seus cem anos de existência. Levando em consideração o argumento de Gwyn Prins,<sup>1</sup> segundo o qual a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente, utilizam-se os dados orais para dar voz àqueles que não se expressam no registro documental. De acordo com Prins, o que a reminiscência pessoal (evidência oral específica das experiências de vida

---

<sup>1</sup> PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.192.

do informante) pode proporcionar é uma atualidade e uma riqueza de detalhes que de outra maneira não podem ser encontradas.

### **Da desordem à higiene**

De acordo com Luiz Antônio de Castro Santos, a preocupação nacionalista da República Velha impunha superar o atraso e modernizar o país. Para a corrente nacionalista, um Brasil moderno significava necessariamente um Brasil europeizado. Em cidades como São Paulo, nas três primeiras décadas do século XX, as idéias de urbanistas europeus e americanos influenciaram de forma expressiva as propostas dos urbanistas locais. Portanto, no período em questão, as elites brasileiras buscaram implantar no Brasil o ideal de civilização moderna com base no modelo europeu. É necessário entender, em consonância com o pensamento de Carlos Renato Carola, que tal processo foi idealizado desde o período imperial e perpassou a República Velha e a Segunda República, visto que a instalação das “modernas políticas de saúde pública eram pensadas como fundamentais para a construção do Estado-Nação”.<sup>2</sup>

Maria Cristina da Silva Leme aponta que nas cidades adensadas as alternativas de habitação popular eram o cortiço, entendido pela autora como a desordem, ou a vila operária, representativo da ordem ditada intramuros da fábrica. Leme expõe, ainda, o fato de que a habitação popular era vista como questão social e de saúde pública, suscitando medidas reguladoras do poder municipal e demandando medidas saneadoras. A estes princípios acrescenta-se a intenção de embelezamento das cidades, ou seja, a preocupação com o efeito estético na disposição de conjuntos arquitetônicos. “Higiene e estética: são estes os objetivos principais que orientavam os melhoramentos da cidade no início do século”.<sup>3</sup>

A política higienista foi amplamente difundida na sociedade. Para exemplificar essa asserção, pode ser citada uma matéria específica do jornal *Colombo*, periódico que circulava na cidade de Campanha, no sul de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX. Em onze de maio de 1918, o jornal punha em circulação uma forte crítica de tom moralizante contra as pessoas que, após a bebedeira noturna, escolhiam as próprias calçadas das ruas para fazerem as suas necessidades fisiológicas, considerando-os indivíduos contrários ao asseio da

---

<sup>2</sup> CAROLA, Carlos Renato. *Estado civilizador e controle social de doenças (1930-1964)*. In: X Encontro Estadual de História - História: trabalho, cultura e poder. Florianópolis, ANPUH-SC, 2004, p.104.

<sup>3</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico em São Paulo no início do século XX. *Espaço & debate – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, p.64, 1991.

cidade. O impresso, tendo em vista a formação da opinião pública, afirma que “a higiene pública se impõe como uma condição indispensável para o progresso de uma sociedade” e que “tal assunto é sobejamente conhecido por todos os que primam por ter um certo grau de educação”.<sup>4</sup> No período em que a matéria foi veiculada, a pequena burguesia urbana assumia função política proeminente. Considerando Nelson Werneck Sodré,<sup>5</sup> era nessa camada social que estava a maioria do público da imprensa, que influía nos jornais e era influenciado por eles. Mencionar a matéria do jornal *Colombo* é relevante, pois ela demonstra como a proeminente idéia do higienismo era veiculada em periódicos nas primeiras décadas do século.

Também em 1918, o médico e inspetor-sanitário Belisário Penna publicou *Saneamento do Brasil*, obra na qual a questão sanitária aparece como um tema mais político. Nela, Penna conclui que, à exceção de São Paulo e em certa medida Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os estados brasileiros só cuidavam das condições sanitárias das capitais e de algumas poucas cidades. As populações rurais permaneciam no mais completo abandono. Várias eram as endemias em todo o país, com destaque para o amarelão, a malária e a doença de Chagas, às quais o governo central deveria dar combate através de uma política integrada de saneamento. Para lutar pela implementação em todo o país de um programa de saúde pública, Belisário Penna e outros sanitaristas fundam a *Liga Pró-Saneamento do Brasil*.<sup>6</sup> A Liga, fundada em onze de fevereiro de 1918, data do primeiro aniversário de morte de Oswaldo Cruz, era liderada por Penna e pretendia alertar as elites políticas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação pública efetiva de saneamento no interior do país. “Em um contexto no qual prosperava a idéia de salvação nacional, o sanitarismo encontrava-se sintonizado com as tendências gerais das correntes nacionalistas brasileiras (...)”.<sup>7</sup>

Conhecimento/ centralização/ educação: os argumentos de Belisário Penna (...) eram os mesmos que ecoavam em São Paulo, não apenas nas idéias e obras do diretor do Serviço Sanitário, mas também nos jornais, com anúncios de remédios que atribuíam à ciência um poder quase miraculoso, ou nas palavras do diretor do *Butantã*, conclamando os professores do estado a se instruírem para participar do combate às enfermidades que assolavam o interior (...).<sup>8</sup>

<sup>4</sup> Fonte: jornal *Colombo*, 11-05-1918, n.37, p.2.

<sup>5</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.356.

<sup>6</sup> SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

<sup>7</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.313-332, 2000.

<sup>8</sup> BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.88.

Para Luiz Antônio de Castro Santos, o movimento sanitário de fato representou um canal dos mais importantes para o projeto ideológico de construção da nacionalidade durante a República Velha. A ligação entre saúde pública e nacionalidade constitui um traço marcante no movimento sanitário brasileiro. Em 1918, as políticas de saúde indicavam a maré crescente da intervenção estatal no país, que se intensificaria durante o governo Epitácio Pessoa. O novo código sanitário, do ano de 1920, deu maiores poderes ao governo federal para intervir nos estados. Em 1922, perto de cem postos de saúde estavam operando, além dos postos abertos pela *International Health Commission* da Fundação Rockefeller.

Sem embargo, os ideais higienistas que se desenvolviam na sociedade recaíram sobre as escolas, atuando diretamente sobre a infância. Segundo Jurandir Freire Costa, a concepção da criança como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica como instilação de hábitos repetia-se na totalidade dos estudos médicos sobre o tema e era uma noção partilhada por todos os adeptos do higienismo. As teses higiênicas sobre educação, física, moral e intelectual das crianças, em geral ou no ambiente dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção dos higienistas. Pode-se dizer que a importância dos colégios para o movimento higiênico nasceu do *déficit* nacionalista dos estabelecimentos do ensino. Ao longo do século XIX, nenhum compromisso com a nação, com o país, sensibilizava os diretores dos colégios, atentos aos seus próprios interesses ou, no máximo, aos interesses privados das famílias dos alunos. Foi essa lacuna cívica que permitiu e apoiou a invasão higiênica no terreno da educação.

Na perspectiva de Jurandir Costa, “o colégio não devia ser apenas o local de afastamento da família. Seu interior não podia continuar repetindo os padrões de educação familiar. A desordem que caracterizava a organização doméstica não podia reproduzir-se dentro dele”.<sup>9</sup> Assim, de acordo com o autor, as deficiências políticas dos diretores passaram a ser supridas pela higiene, ditando as regras de formação do corpo sadio do adulto e da consciência nacionalista. E foi nesta sociedade ordenada conforme as aspirações dos médicos que o enquadramento disciplinar da criança se desenvolveu. De acordo com Maria Stella Bresciani,<sup>10</sup> no final do século XIX e meado do XX, a atuação dos médicos higienistas foi decisiva no que tange a uma regulamentação dos comportamentos pessoais e sociais. O diálogo destes, junto de arquitetos e engenheiros sanitários, deu lugar a um “saber-actuar”

<sup>9</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p.181.

<sup>10</sup> Fonte: BRESCIANI, Maria Stella (coord). Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano – estado de São Paulo, séculos XIX e XX. Relatório FAPESP (Projeto Temático), p.2.

sobre a materialidade dos núcleos urbanos. Portanto, as perspectivas teóricas que tomavam incidia diretamente sobre as pessoas e particularmente sobre as famílias do período, bem como sobre as instituições sociais, especificamente, as escolas.

Conduzindo o estudo ao estado de Minas Gerais, Sônia Maria Gentilini aponta que as iniciativas educacionais em Belo Horizonte foram determinadas pelas reformas estaduais e visavam mais a estruturação de um sistema de organização escolar, que privilegiava os níveis de ensino primário e normal. Nesse sentido, deve-se lembrar da Reforma João Pinheiro de 1906, que instituiu os Grupos Escolares e a criação da Escola Normal Modelo, depois Instituto de Educação, destinada ao preparo de profissionais para exercer o magistério. Até 1930, a presença do poder central é mínima no terreno da educação. A instrução pública, em todos os seus graus, foi atribuída aos Estados, que não se comprometiam com a gratuidade nem com a obrigatoriedade do ensino nas escolas oficiais. Dessa maneira, o ensino laico impôs-se para todas as escolas públicas. A partir desse momento, na capital de Minas Gerais,

estabeleceu-se uma polarização em torno da responsabilidade atribuída ao Estado, à família e às diferentes esferas do poder público em matéria de direito/dever de educar. A gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário foram estabelecidas pela Constituição Mineira, que responsabilizou o Estado pela criação e manutenção das escolas públicas. Desobrigado das funções educativas, o Município limitou-se a subvencionar as escolas primárias, pagando os seus profissionais.<sup>11</sup>

70

Segundo Gentilini, através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de abril de 1942, o ensino primário continuava na alçada dos estados e municípios, enquanto que o sistema educacional seria organizado para atender à divisão econômico-social do trabalho. Assim, ter-se-ia a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina, todas destinadas respectivamente à elite urbana, aos jovens que comporiam os trabalhadores da nação e, por fim, às mulheres. A autora aponta que a educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação. Previa-se a formação moral e cívica traduzida na crença na religião, na família e na pátria, não como uma disciplina, mas como uma mentalidade que permearia todo o sistema educacional.

É necessário salientar que entre fins do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, muitas foram as transformações operadas nas instituições de educação elementar. Tais alterações foram motivadas pelo discurso republicano e pelos preceitos higienistas que guiavam a sociedade brasileira desde o período da República Velha, deveras intensificados

<sup>11</sup> GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*. Belo Horizonte, 2001, 150 p. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, p.24.

pelo nacionalismo nas décadas de 1940 e 1950. De acordo com Luiz Antônio Cunha,<sup>12</sup> a base das grandes mudanças promovidas na educação escolar no período de 1945 a 1964 pode ser associada à intensificação dos processos de industrialização, ao populismo e ao nacionalismo.

Segundo Luciano Mendes de Faria Filho, o desenvolvimento dos saberes científicos, notadamente da medicina e, dentro dessa, da higiene, e sua aproximação do fazer pedagógico, vão influir decisivamente na elaboração da necessidade de um espaço próprio para a escola. Ao mesmo tempo em que foi elaborada uma contundente crítica às péssimas condições das moradias para a saúde da população em geral, os higienistas muito acentuaram o mal causado às crianças pelas péssimas instalações escolares, expondo o quanto a falta de espaços e de materiais higienicamente concebidos era prejudicial à saúde e à aprendizagem dos alunos. Remontando ao advento dos grupos escolares, as primeiras construções públicas próprias para a realização da instrução primária, pode-se dizer que é por meio deles que “os republicanos buscarão mostrar a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular”.<sup>13</sup>

### Os Templos do Saber

71

Os grupos escolares foram concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber e encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes e de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. “Apresentadas como prática e representação que permitiam ao republicano romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista”.<sup>14</sup>

Dessa maneira, de acordo com Rosa Fátima de Souza, os grupos escolares se inseriam no discurso republicano. Os republicanos mitificavam o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação. Criados especialmente para atender aos núcleos urbanos, os grupos escolares revelam a direção de uma política educacional que privilegiava as cidades em detrimento da zona rural, isso em uma época em que cerca de 70% da população do Estado vivia no campo.

---

<sup>12</sup> CUNHA, Luís Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

<sup>13</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.147.

<sup>14</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). *500 anos de educação no Brasil*, p.147.

Assim, “as conseqüências desse privilégio do urbano na política educacional revelam um projeto de cidadania excludente em vários níveis”.<sup>15</sup>

Conforme indica Jurandir Freire Costa, o objetivo de formar corações, preparar homens para a sociedade, aperfeiçoá-los física, moral e intelectualmente, seria conseguido pela implantação de uma disciplina e de um regulamento fundamentado na ordem. O médico oitocentista Balbino Cândido Cunha completa a idéia de Costa e enfatiza a necessidade de uma ordem escolar fundada em disciplina inflexível e severa, expondo que

Se a ordem é necessária por toda parte, se é o fundamento de todo o bem, de todo o sucesso, é principalmente quando se trata de conduzir, educar e instruir meninos e moços reunidos em grande número no mesmo lugar, quase sempre preguiçosos, muitas vezes indóceis, naturalmente inimigos de todo aperto, de qualquer constrangimento, e comunicando-se reciprocamente pela sua indolência, sua indocilidade e outros defeitos, daqui a necessidade de regulamentos justos, sábios, severos e mantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível.<sup>16</sup>

Jurandir Freire Costa continua a argumentação, explicando que as determinações pautadas em rígida disciplina atingiam, antes de tudo, a arquitetura do edifício onde funcionava o colégio. Recomendava-se a construção dos prédios em locais refratários a umidades e afastados das habitações privadas, para evitar o contágio com possíveis “focos de infecção”. O que seguia os princípios defendidos pelos higienistas de garantir a boa distribuição do ar e da luz, presentes nas primeiras regulamentações urbanísticas. “No interior, as salas de estudos deviam guardar uma proporção saudável com relação ao número de alunos (...) A aeração e a iluminação deveriam ser, igualmente, bem medidas”.<sup>17</sup> Rosa Fátima de Souza completa a argumentação:

[A sala] atendeu ao princípio da racionalidade funcional e a critérios disciplinares (...) A questão mereceu a atenção não só de arquitetos, mas de educadores, médicos e higienistas que recorreram a sua missão civilizadora de prescrever critérios e condições ideais de ar, luz, mobiliário e postura dos alunos (...) toda a projeção do lugar visava à concentração, à imersão nos estudos e nas tarefas escolares. As grandes janelas que permitiam a invasão de luz na sala de aula “obscureciam” o ambiente externo, o jardim, a calçada, a rua, a cidade. Vemos assim como um critério de adequação arquitetônica corresponde às necessidades disciplinares.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.92.

<sup>16</sup> CUNHA, Balbino Cândido. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854 (tese), p.27.

<sup>17</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p.182.

<sup>18</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.139.

Era um tempo em que a arquitetura escolar deveria simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública, e o edifício-escola exercer uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e o espaço ocupado. Deveria ser um fator de elevação do prestígio do professor, um meio de dignificar a profissão e provocar a estima dos alunos e dos pais pela escola. Por isso, pode-se dizer que a escola como lugar define-se juntamente da constituição do espaço social e cultural da escola.

Portanto, como aponta Rosa Fátima de Souza, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades, aliava-se às grandes forças materiais que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização. A escola primária realizava as finalidades atribuídas a ela através do projeto civilizador, que tinha como horizonte assegurar o regime republicano-democrático. O programa único para meninos e meninas previa a valorização da ciência como um dos componentes fundamentais da formação do homem moderno, bem como instruir (transmitir conhecimento) e educar (transmitir valores e normas) visando a formação do caráter. O projeto de educação integral contava com os saberes elementares, as matérias de natureza científica, a formação moral, cívica e instrumental, e a obrigatoriedade do Português, História e Geografia do Brasil.

73

A aplicação das noções científicas, especialmente a higiene, consubstanciava o ideal de ordenação do universo urbano. Dessa forma, a escola vinculava-se às estratégias e saneamento dos espaços públicos e marcava sua inserção duradoura nos projetos médico-pedagógico de higienização social.<sup>19</sup>

Entretanto, não podendo universalizar o ensino primário, optou-se por privilegiar as escolas urbanas com visibilidade política e social. Fator que se refletiu na própria figura do diretor do grupo escolar, o elemento fundamental para a organização da escola graduada, cuja autoridade foi construída sobre a encarnação do poder do Estado, como legítimo representante do governo no âmbito de sua competência.

A implantação do grupo escolar também veio reafirmar o princípio da igualdade entre os sexos ao estabelecer igual número de classes para meninos e meninas, o que facilitou o acesso da mulher à escola primária. Porém, Rosa Fátima de Souza afirma que o acesso (seletivo) à escola era voltado para alguns setores, isto é, aqueles mais bem integrados na sociedade urbana, mantendo excluídos os trabalhadores subalternos, os negros, os pobres, os

---

<sup>19</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.178.

miseráveis. “Efetivamente marginalizados no trabalho e na vida social, os negros estavam também excluídos da educação. No entanto, a presença negra não é de todo invisível na escola pública modelar”.<sup>20</sup>

Em suma, ainda de acordo com Rosa Fátima de Souza, o grupo escolar fazia parte do conjunto de melhoramentos urbanos em voga no período, tornando-se denotativo do progresso de uma localidade. Ele era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos, a cultura escrita. E a participação do grupo escolar no “urbano” dava-se não apenas ensinando aos alunos noções de higiene, mas também através da exigência do asseio e das normas de urbanidade e civilidade. O grupo escolar, pois, era um espaço de encontro, de solenidades e comemorações. E cravadas no coração dos centros urbanos, tais instituições de ensino elementar irradiavam sua dimensão educativa para toda a sociedade.

### O Pelotão de Saúde e a Cruzada Higienista

É nessa perspectiva de progresso e melhoramentos urbanos que se insere a primeira escola do município sul-mineiro de Lambari, outrora vila das Águas Virtuosas, definida pelo memorialista José Casais como uma “estação balneária favorecida por uma caudal de águas prodigiosas”<sup>21</sup>, em referência às fontes de água mineral natural existentes na cidade. Com o nome de *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, a instituição pioneira foi criada pelo decreto 2046 de 26 de outubro de 1907 e marca o início da educação formal no município. A escola foi instalada solenemente em 21 de março de 1908, durante o governo do Dr. João Pinheiro da Silva, e na ocasião discursaram o senador Eustáquio Garção Stockler e o deputado João de Almeida Lisboa.

A escola, instalada inicialmente em um prédio construído e doado pelo governo, iniciou suas atividades contando com duzentos e trinta alunos matriculados em turno único e o seguinte quadro de funcionários: as professoras Helvina Augusta Xavier, Delmira Lisboa Pereira e Anna Horta Barbosa, a Diretora Interina Maria Emília de Vilhena Borlido e a porteira Josefina Maria de Jesus, como consta no primeiro livro de pontos da instituição, iniciado em 23 de março de 1908 e pertencente ao acervo documental da instituição.

<sup>20</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*, p.113.

<sup>21</sup> CASAIS, José. *Roteiro Balneário*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1942, p.59.

Segundo Rosa Fátima de Souza, quem dava nome ao grupo escolar naquele tempo era o seu “patrono”, aquele que contribuía financeiramente para o desenvolvimento da escola. Dessa maneira, a instituição transformava-se em uma dádiva. Além da homenagem, é o retrato do patrono que ratifica a história social e política do Estado e da localidade e constrói uma memória que articula a história social com a história da própria instituição.

O primeiro Grupo Escolar de Lambari recebeu seu nome em homenagem ao Dr. João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior, médico e político de “inteligência penetrante”<sup>22</sup>, nascido em Campanha, Minas Gerais, na segunda metade do século XIX. Após formar-se pela Escola de Medicina da Bahia, ainda em fins desse século, o clínico transferiu-se para Lambari, onde manteve um *Instituto Cirúrgico-Ginecológico*. Posteriormente, exerceu mandato na Assembléia Legislativa de Minas, sendo visto como um expoente entre os legisladores mineiros. Considerado entusiasta propagandista e defensor dos interesses das estâncias hidrominerais locais, muito se empenhou para que fosse instalada em Lambari a escola que leva o seu nome. Com idéias republicanas, foi eleito presidente da Câmara em 1872,<sup>23</sup> cargo ao qual renunciou para ocupar a vaga de Secretário das Finanças do Governo de Minas Gerais a convite do presidente do Estado. Foi neste mesmo período que o Dr. João Bráulio Júnior viabilizou recursos junto a João Pinheiro para a abertura do Grupo Escolar. Curiosamente, o médico campanhense mal pode desfrutar do resultado de seu empenho. Ainda jovem, foi vítima de um desastre de automóvel que lhe ceifou a vida em uma rua de Paris, no dia cinco de julho de 1908. Assim, veio a falecer antes do pai, o desembargador João Bráulio Moinhos de Vilhena, deixando a cargo do Governo a subsistência de sua esposa e dos treze filhos do casal, que ficaram inteiramente sem recursos.

Reafirma-se, tendo como base os apontamentos de Rosa Fátima de Souza, que as representações em torno da higiene escolar contribuíram para reforçar valores morais relacionados a padrões de comportamento considerado civilizado. “O espaço escolar determina, pois, modos de usos do corpo dentro e fora da escola. Submete o corpo aos conjuntos de representações consubstanciadas nos padrões de “bom comportamento”, dos “bons costumes” (...).”<sup>24</sup> Logo, o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* não pode ser apartado desse contexto em que se fez essencial, dentro das escolas, uma rígida infusão de hábitos pautados no asseio.

---

<sup>22</sup> Arquivos do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Biblioteca Municipal de Campanha/MG.

<sup>23</sup> Fonte: Jornal Voz da Infância. Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior. Brasil, Lambari – MG: ano 28, n.3, outubro de 1957, p.4.

<sup>24</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.144.

A importância da higiene e dos bons costumes no cotidiano é acentuada pela memória de Cândida Luiza Gonçalves Viola, antiga inspetora escolar do município de Lambari. A entrevistada recorda que, a partir do primeiro quarto do século XX, os alunos do *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* tomavam conhecimento de suas notas semanalmente. Reunidos em um salão às sextas-feiras, levantavam-se e eram informados quanto à sua pontuação nos quesitos: comportamento, polidez, pontualidade e higiene. Segundo ela, orgulhavam-se aqueles que recebiam nota máxima nas quatro exigências, assim como os seus professores.<sup>25</sup> A memória da lambariense é corroborada pela argumentação de Cynthia Machado Campos, segundo a qual as questões educacionais apareceram vinculadas à temática do saneamento e da higiene a partir da década de 1930. Em uma sociedade em que era idealizado o indivíduo saudável e instruído, a escola foi a instituição onde pareceu ser possível, naquele dado momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos.<sup>26</sup> Sônia Maria Gentilini fortalece a discussão, afirmando que “a Revolução de 1930 tem sido vista como um divisor de águas na história brasileira, quanto à natureza do Estado que se consolidou no país a partir deste movimento e as iniciativas daí decorrentes em todos os campos da vida nacional”.<sup>27</sup>

De acordo com a autora, as grandes transformações ocorridas a partir de 1930 tiveram inevitáveis desdobramentos na área educacional. Desde os primeiros anos, Getúlio Vargas dispensou uma grande atenção a este setor, que viria cumprir um papel fundamental na consolidação da ordem política e institucional que se instalava no país. Rosa Fátima de Souza complementa, explicando que durante o Estado Novo práticas nacionalistas e matérias como Educação Física, Higiene, Puericultura e Trabalhos Manuais foram indicadas como instrumentos de formação moral e cívica. Gentilini aponta que a disciplina de Trabalhos manuais tornara-se obrigatória no currículo de 1º ciclo desde a Constituição de 1937. Segundo Gustavo Capanema, o articulador da política educacional estadonovista, a educação física e o canto orfeônico, disciplinas igualmente obrigatórias, “visavam enfatizar as ‘práticas educativas’ destinadas à formação física, cívica e moral da juventude, superando o caráter

<sup>25</sup> Entrevista com Cândida Luiza Gonçalves Viola, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho e Luís Eduardo de Biaso Martins em agosto de 2007. Acervo do documentário “Lambari, Um Novo Olhar”.

<sup>26</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo: PUC-SP, 1992 (dissertação, mestrado em história), p.151.

<sup>27</sup> GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*. Belo Horizonte, 2001, 150 p. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, p.25.

‘acentuadamente instrutivo’ das escolas do país, que punham muita ênfase no ensino propriamente científico e literário”.<sup>28</sup>

O catálogo da *Biblioteca Machado de Assis*, do *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, revisado pela diretora escolar Nair Bacha Leite na década de 1950, conta com obras como *Noções de História Natural e de Higiene*, de Felisberto R. P. de Carvalho, *Breviário de Higiene*, de José Rangel, *Higiene e Puericultura*, de Valdemar de Oliveira, *Higiene Escolar*, de Zoroastro Alvarenga, e *Educação Física e Saúde*, de autor desconhecido. Esses livros, entre outros, retratam a preocupação com a saúde do corpo e com a higiene, pensamento que norteava o processo de formação das crianças nos Grupos Escolares. Dentro desse contexto de hispida disciplina inserem-se os pelotões de saúde, organizações que auxiliavam na manutenção da higiene dentro das escolas, tendo em vista o asseio pessoal dos alunos e a prevenção de doenças.

Um simples caderno de anotações de capa azul desgastada pelo tempo, encontrado em agosto de 2007 no acervo documental da *Escola Dr. João Bráulio Júnior* (municipalizada pela resolução 8218/97 de 31-12-1997), traz o Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, organização de alunos que existiu na instituição em meado do século XX, sob os cuidados da Diretora Técnica Nair Bacha Leite. Nele estão contidos os pontos que se referem ao conjunto de regras e normas dirigentes do Pelotão que leva o nome do médico sanitarista que, segundo Marco Antonio Stancik,<sup>29</sup> é reconhecido como o patrono da medicina higienista e sanitarista no Brasil. Sabe-se que os pelotões de saúde escolares eram formados por número não determinado de estudantes que ficavam encarregados de fiscalizar, manter e promover a higiene na escola.

Através do Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, que é a organização estudada aqui de maneira específica, pode-se perceber de que maneira se deu a intervenção dos preceitos higienistas em voga na sociedade republicana e europeizada dentro das escolas sul-mineiras. O primeiro item listado no caderno da organização, denominado *Da compreensão do Pelotão de Saúde*, define a organização e explica as suas diretrizes, enfatizando a importância dos diálogos acerca da higiene e dos cuidados com o corpo da criança. *O Pelotão de Saúde*, portanto,

<sup>28</sup> GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*, p.38.

<sup>29</sup> STANCIK, Marco Antonio. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higiene e racismo na Primeira República. *Publicatio UEPG – Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*, Ponta Grossa: Editora UEPG, n.1, p.54, junho de 2005.

Tem por fim habilitar a criança a cultivar preceitos de higiene, desenvolvendo assim a sua educação sanitária. Deve funcionar como verdadeiro clube de saúde, onde haverá sempre temas sanitários a estudar, a comentar e a discutir. Sobre esses temas sanitários poderão ser preparados exercícios de linguagem, cânticos, educação física e trabalhos outros, aproveitando desta forma a atividade construtora da criança. Assuntos tais como: combate à febre amarela, evitar resfriamentos, primeiros socorros em caso de acidente, alcoolismo, esforço muscular, modo de comer, sono e repouso, importância da boa atitude do corpo, respiração profunda e tantos outros, servirão de temas em torno dos quais pode desenvolver-se a vida do pelotão de saúde. É de grande utilidade a verificação de altura e do peso.<sup>30</sup>

Segue-se uma descrição do regimento do *Pelotão Oswaldo Cruz*. Primeiramente, o tópico *Organização*<sup>31</sup> conta com sete itens: 1º) O pelotão de saúde será constituído por alunos da classe onde é sua sede, que se hajam distinguido pela prática contínua de preceitos de higiene, devendo promover a formação de hábitos sadios entre os colegas; esses alunos receberam um nome de “monitores” e usarão o distintivo indicado por este Regulamento, e os das outras classes, que constituirão o sub-pelotão, serão chamados “cruzados”. 2º) Será dirigido por uma professora, designada pela diretora do Grupo, que será a conselheira técnica. 3º) Os cruzados de cada classe formarão um sub-pelotão, conduzido por um monitor. 4º) O pelotão reunir-se-á mensalmente para serem relatados os trabalhos feitos e para a discussão de novas medidas a serem tomadas. Nessas reuniões, os cruzados e monitores receberão do médico escolar, da diretora do Grupo ou ainda, da diretora do pelotão, instruções mais completas para, sob diversos modos, poderem desenvolver a atividade educativa em prol da saúde, do ponto de vista do mútuo auxílio e generosidade. 5º) Na classe de sede será eleita uma diretoria composta de: presidente e vice-presidente, dois secretários, gerente e sub-gerente da farmácia, que deverão trabalhar em prol do desenvolvimento e progresso do pelotão. 6º) Haverá no gabinete da diretoria, uma farmácia mantida pela Caixa Escolar com donativos de farmacêuticos locais e de fora, a quem serão dirigidos pedidos escritos pelos alunos. 7º) A farmácia ficará a cargo dos monitores, tendo um gerente e um sub-gerente, que serão os responsáveis pela sua organização e direção.

Sintetizando os sete itens fundamentais do Regulamento do *Pelotão de Saúde*, percebe-se que os membros do pelotão eram alunos da própria escola que haviam se destacado em virtude de seu asseio pessoal. Por essa razão, enquanto monitores deviam fomentar os bons costumes entre seus colegas menos cuidadosos com a higiene. Cada classe possuía um sub-pelotão que era dirigido por um monitor (as obrigações do mesmo serão

<sup>30</sup> Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.5-6.

<sup>31</sup> Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, p.6-9.

descritas adiante e se resumem em desenvolver atividades que prezem a saúde). Dessa maneira, é necessário sustentar a relevância dos grupos escolares e o alcance de sua dimensão educativa em toda a sociedade. Ao passo que configuravam uma pátria ordeira e progressista, tais instituições de ensino elementar não apenas ensinavam aos alunos as noções de higiene, mas também exigiam o asseio e as normas de urbanidade e civilidade. Essa era a mentalidade que deveria trespassar todo o sistema educacional no período. Reafirmando um ponto citado por Sônia Maria Gentilini, a educação no Estado Novo deveria estar a serviço da nação, prevendo a formação moral e cívica que se traduzia através da fé na religião, na família e na pátria.

No item seguinte, *Atribuições da professora diretora do Pelotão*, percebe-se que a educadora devia zelar pelo progresso e pela disciplina da organização, orientando os monitores em seu trabalho e verificando se estavam em dia com os livros da mesma. Dentre eles, havia um livro geral dividido em duas partes, sendo a primeira destinada à inscrição dos monitores e a segunda ao movimento geral do pelotão. Outrossim, em cada classe havia um livro de registro das observações diárias dos cruzados. Infelizmente não foi encontrado nenhum exemplar dos livros do pelotão no acervo da *Escola Municipal Dr. João Bráulio Júnior*.

A entrevistada Mafalda Maria Teodoro, *ex-aluna e ex-professora do Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, estudou na escola em fins da década de 1950 e recordou-se do *Pelotão de Saúde*. Segundo ela, para participar da organização era escolhido um grupo de crianças da quarta série. Esses alunos, então, ficavam encarregados de guardar a caixa de remédios do Pelotão, que era branca com uma cruz vermelha. No recipiente havia iodo, mertiolato, água oxigenada, entre outros medicamentos que eram usados caso alguma criança se machucasse. O Pelotão era sempre orientado por uma professora, que recebia instrução para tal fim. Mafalda Maria Teodoro compartilha com muitos outros lambarienses a memória de educadoras que faziam parte do quadro de funcionários da instituição no ano de 1957, como Alzira Pinto, Francisca Chagas, Sílvia Grandinetti, Maria de Lourdes Lisboa, Maria José Gama e Terezinha Machado Brigagão, muitas delas coordenadoras do *Pelotão de Saúde*.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Entrevista com Mafalda Maria Teodoro, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho em 2009.



**Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz em 1942.** Acervo fotográfico da *Escola Municipal Dr. João Bráulio Júnior*.

O caderno do Regulamento indica, ainda, algumas outras tarefas que recaíam sobre as professoras. Estas deviam organizar, sempre que necessário, os sub-pelotões de sua classe, zelando pela disciplina dos mesmos. Além disso, deviam conduzir à diretora do Grupo os alunos enfraquecidos e os de “compleição física franzina”<sup>33</sup>, bem como encaminhar ao dentista os alunos pobres necessitados de tal tratamento. Já os “arremediados” ou ricos precisavam levar aos seus pais a comunicação da necessidade do tratamento dos dentes, e a professora deveria aproveitar a sua visita ao Grupo, por ocasião da reunião da Associação de mães de família e professores, para por em evidência as vantagens decorrentes da assistência dentária para a saúde da criança.

As nobres *Atribuições dos monitores e dos cruzados*<sup>34</sup>, ainda de acordo com o Regulamento, consistiam em zelar pelo asseio e disciplina da classe a que pertenciam, bem como verificar se os colegas satisfaziam as condições de asseio, se sabiam usar a escova de dentes, se acondicionavam devidamente a merenda, se alimentavam-se de maneira adequada. Se porventura um aluno demonstrasse pouca saúde, a professora de classe seria alertada e

<sup>33</sup> Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.10.

<sup>34</sup> Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, p.11-12.

deveria tomar providências a respeito. Era obrigatório fazer revista diariamente, seguindo o conselho da orientação do programa. O Regulamento aponta também que a dita revista, para que não fosse esquecida, devia ser feita imediatamente após a chamada dos alunos. Outros pontos eram essenciais, como ter em ordem o caderno de anotações do serviço feito em classe e a verificação mensal do peso e da medida dos colegas. A mensuração era feita sob orientação da professora, para que não fosse prejudicada a eficiência dos resultados.

Os distintivos dos membros do regimento eram os seguintes: braceira para cada cruzado, em forma retangular, tendo ao centro uma “cruz vermelha”, e uma bandeira para o Pelotão, toda branca, também com a cruz vermelha ao centro. De acordo com o relato de Mafalda Maria Teodoro,<sup>35</sup> os “cruzados” vestiam o uniforme habitual da escola, com sapatos e meias pretas, calça ou saia azul-marinho e blusa branca. A única peça que os distinguiu dos demais alunos era a supracitada faixa branca com uma cruz vermelha que prendiam no braço. A descrição das vestes é confirmada pela fotografia acima, na qual os cruzados posam em uma das escadarias da escola.

A declaração de Mafalda foi confirmada por Cândida Luiza Gonçalves Viola, que estudou no *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* e lá trabalhou durante quarenta e oito anos. Curiosamente, descobriu-se que na fotografia acima a menina mais à esquerda é a jovem Cândida em seu último ano escolar antes da admissão. (A foto em questão definiu a data que abre o recorte temporal selecionado para o trabalho, uma vez que tal imagem, de 1942, é uma das únicas existentes do pelotão.) Segundo o relato da entrevistada, falava-se muito sobre a higiene na época, mas nenhuma criança era humilhada. Muitas vezes a diretora mandava bilhetes para os pais, prática recorrente nos casos de piolho. Cândida lembrou-se, também, de certa ocasião em que as aulas chegaram a ser suspensas por vários dias devido a uma epidemia dos parasitas.<sup>36</sup>

Quanto ao material necessário para o regimento estudantil, são listados no caderno do Regulamento alguns objetos de uso coletivo e outros de uso individual. Uma farmácia mantida pela Caixa Escolar, uma balança, uma tesoura de unhas, toalhas de mãos (para cada classe), sabonete e saboneteira, pente fino e pente de alisar, pedra pomes e escova de unhas eram os itens exigidos para uso coletivo. Para uso individual eram requeridos escova de dente, copo, lenço e guardanapo ou envelope de pano lavável.<sup>37</sup>

<sup>35</sup> Entrevista com Mafalda Maria Teodoro, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho em 2009.

<sup>36</sup> Entrevista com Cândida Luiza Gonçalves Viola, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho e Luís Eduardo de Biaso Martins em agosto de 2007. Acervo do documentário “Lambari, Um Novo Olhar”.

<sup>37</sup> Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.12-13.

Enfim, são de grande importância e dignos de nota os cinco *mandamentos*<sup>38</sup> que norteavam o *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz* e encerram o caderno do Regulamento:

1. Tomar um banho com sabão todos os dias, lavando sempre a cabeça.
2. Escovar os dentes pela manhã, depois das refeições e à noite.
3. Conservar sempre as unhas aparadas, lavar as mãos antes e depois das refeições e sempre que chegar da rua.
4. Usar copo ou caneca e lenço individuais..
5. Trazer sempre a merenda em guardanapo ou envelope de pano lavável.

Segundo Sônia Maria Gentilini, por quase vinte anos o sistema educacional herdado do Estado Novo permaneceria intocado, “sobretudo devido à presença de Gustavo Capanema no Congresso. Nem mesmo a lei de Diretrizes e Bases de 1961 logrou, efetivamente, substituir toda a estrutura educacional montada naquele período”.<sup>39</sup> Portanto, o recorte-temporal escolhido para o trabalho, que pretendeu estudar o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* entre o ano de 1942 e o meado da década de 1950, insere-se nesse amplo contexto.

Em suma, os mandamentos do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz* e o seu Regulamento representam um exemplo em pequena escala, a síntese de uma sociedade em que a higiene pública se impõe como uma condição indispensável para o progresso. Pode-se notar de que maneira uma disciplina severa e implacável, aliada aos preceitos da política do higienismo e do progresso nacional, condicionava o funcionamento das escolas sul-mineiras em um Brasil republicano e europeizado.

## Conclusão

As políticas higienistas surgidas no início do século XX foram concebidas tendo como base a formação e o desenvolvimento de um ideal civilizador que visava construir homens para a sociedade, cidadãos a serem moldados através dos bons costumes e da higiene. No período do Estado Novo a educação deveria estar, essencialmente, a serviço da nação, prevendo a formação moral e cívica dos indivíduos, e atuando sobre a elite urbana, sobre os

---

<sup>38</sup> Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, p.14-15.

<sup>39</sup> GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*. Belo Horizonte, 2001, 150 p. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, p.39.

jovens que viriam a ser os trabalhadores da nação e sobre as mulheres. Através da análise do Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz do Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* de Lambari, é possível vislumbrar de que forma a política sanitária penetrou tanto no terreno da educação quanto da infância em Minas Gerais, em um período em que o estado nacional brasileiro passa a ser remodelado dentro de novos horizontes. O rígido programa de saúde pública influenciou a própria estrutura física dos grupos escolares, bem como forneceu os instrumentos para o estabelecimento da severa disciplina fundada nos preceitos higienistas. O pensamento republicano considerava, desde o início, as escolas como um meio de instilação de hábitos que visavam um projeto educativo exemplar.

O Regulamento do *Pelotão de Saúde* e os itens que o constituem – *Da compreensão do Pelotão de Saúde, Organização, Atribuições da professora diretora do Pelotão, Atribuições das professoras de classe, Atribuições dos monitores e cruzados, Distintivos, Material necessário, Livros do Pelotão e Mandamentos* – ocupam apenas as primeiras páginas do pequeno caderno, escritas em data indeterminada. Em suas entrelinhas pode-se perceber de que maneira a política higienista alastrou-se no terreno escolar sul-mineiro, envolvendo infância e educação. O caderno representa, talvez, o único registro da existência do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz do Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, uma vez que nenhum outro documento foi encontrado no acervo da instituição. Além dele existe a fotografia apresentada acima, embora ela, por si só, não pudesse ter sido interpretada efetivamente sem o auxílio do caderno do Regulamento. Fazem-se necessárias maiores pesquisas de caráter oral e documental, para que sejam coletados novos dados acerca da interessante organização escolar, visando o seu melhor entendimento.

Todavia, é fato que o combate às doenças constituía parte integrante do cotidiano escolar, desde o início do século XX até seu meado. Essa afirmação pode ser confirmada através de um livro destinado ao movimento diário do caixa da *Associação Caixa Escolar*, da década de 1960, que traz o balanço das despesas do Grupo com assistência médica, farmacêutica, hospitalar e dentária. Neste mesmo livro também é mencionada, por exemplo, a existência de uma organização intra-escolar denominada *Clube da Saúde*. A seu respeito não há documentos disponíveis, embora nas primeiras linhas do Regulamento do *Pelotão* tenha-se registrado que o mesmo “deve funcionar como verdadeiro Clube da Saúde”.<sup>40</sup>

Entretanto, foi uma conquista de valor considerável ter encontrado o pequeno caderno azul, pois é o documento que evidencia a existência da afamada organização. Empoeirado,

---

<sup>40</sup> Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.3.

danificado e lançado ao esquecimento, o antigo caderno de notas guarda consigo o importante Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, escrito através da elegante grafia da diretora técnica Nair Bacha Leite. Apesar da escassez de fontes documentais que tratem do Pelotão ou mesmo da cidade de Lambari em meado do século XX, “as fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem”.<sup>41</sup> A pesquisa que tem o *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz* como objeto de estudo contribui para a reconstrução da história local, especificamente de Lambari e do seu antigo *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, tencionando um entendimento mais amplo da história da educação em Minas Gerais e no Brasil.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 08/05/2009.

---

<sup>41</sup> PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.166.